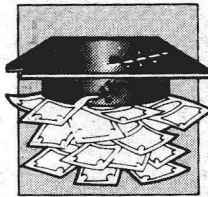


Governo abandona ensino secundário

TERESA FURTADO/AE



Mesmo com o instrumental criado pelo Governo Federal - subvenções, salário-educação, merenda escolar, livro didático etc, que alimentam uma grande máquina burocrática em Brasília - menos de 20% das crianças que começam a estudar conseguem terminar o 1º grau. Dos que ultrapassam essa barreira, metade não chega ao final do curso. O 2º grau é o filho pobre da educação: recebe apenas 9% das verbas oficiais para a Educação. Resultado: somente 5% dos alunos que iniciaram os estudos concluirão o 2º grau. Apenas a Bolívia tem um índice ainda pior.

Os especialistas do Banco Mundial e da Fundação Carlos Chagas que realizaram um estudo sobre a situação do ensino no Brasil, (leia nesta página) alertam que "o baixo nível educacional pode emergir como um dos principais obstáculos para o crescimento econômico". O estudo, patrocinado pelo Banco Mundial, foi concluído no final de 1989, mantido até agora sob sigilo por decisão do governo.

Na Bahia, caso extremo da situação de penúria da Educação, o Sindicato dos Professores calcula que 2700, das 4500 escolas do Estado, funcionam precariamente ou estão desativadas. Somente em Salvador, 18 escolas estão fechadas por absoluta falta de segurança e algumas funcionam parcialmente, com pavilhões e salas interditadas. Além disso, muitas funcionam apenas durante o dia, pois a rede elétrica está totalmente danificada, sem contar outros problemas que inviabilizam as aulas. Para driblar esta situação, as escolas baianas inventaram um sistema de "alternância". Os alunos frequentam aula dia sim, dia não, para que ninguém fique definitivamente sem aula. Além disso, a falta de professores nas escolas é tão grande, que muitas turmas não tiveram determinadas disciplinas durante todo o ano. O humor negro dos baianos batizou esta situação com a sigla **FP** (falta professor) que, em muitos casos, aparece no boletim, como nota, do 1º ao último mês. Legalmente, o ano letivo não tem valor.



Julio Andrade/AE

Nos cursos noturnos - frequentados por dois terços dos alunos da rede pública e 55% das escolas particulares - a vida dos estudantes brasileiros de 2º grau é ainda mais difícil. Cerca de 70% dos alunos trabalham, enquanto alguns professores estão enfrentando a terceira jornada do dia. As classes noturnas, tanto nas escolas públicas quanto nas particulares, servem principalmente para baixar os custos da expansão da oferta de vagas.

Com os professores também há sérios problemas. No Pará, a Secretaria de Educação realizou uma pesquisa entre alunos da primeira série do 2º grau, do curso de Magistério do Instituto de Educação, que concluiu que mais da metade dos futuros professores admitia não saber efetuar as quatro operações fundamentais. Pior: dos 45% que diziam saber, apenas 5% conseguiram resolver, de fato, as

questões apresentadas.

Nem as escolas de 2º grau voltadas à formação profissional conseguem cumprir seu papel. Este é o exemplo da Escola Arnulpho Mattos, num dos principais bairros de Vitória, cujos tornos da sala de mecânica seriam mais úteis como peças de museu - têm mais de 40 anos. Mais modernos, mas nem por isto mais úteis, são os computadores CP-200 usados pelos alunos da Escola Pública de 2º Grau dos Andradas, em Santos, no curso profissionalizante de informática. Completamente ultrapassadas, os CP-200 (que nem são mais fabricados) não passam de calculadoras adaptadas, inúteis para preparar os alunos para um mercado que se moderniza diariamente. Para suprir a distância entre os equipamentos disponíveis e a realidade do mercado, os alunos têm, no final do ano, um rápido contato com escolas particu-

Construção escolar abandonada em Lagarto, Sergipe: governo prometeu 200, mas só dez foram concluídas. Microscópios fora de uso: formação profissional ameaçada.



Agilberto Lima/AE

res de informática.

Mas a precariedade não atinge todos os níveis. Alguns professores conseguem se dar bem na profissão, quase sempre fora das salas de aula. Um bom exemplo é a professora Arabela Rotta Chiarelli, esposa do mi-

nistro Carlos Chiarelli, da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul. Admitida em março de 1964 na Secretaria, Arabela teve sucessivos afastamentos das salas das escolas públicas de 2º grau: de 1973 a 1977, esteve emprestada à Uni-

versidade Católica de Pelotas, onde o ministro foi vice-reitor, sem prejuízos de seus vencimentos e vantagens como professora de História. Depois disso, foi colocada à disposição da Secretaria de Trabalho e Assistência Social, onde seu marido foi secretário até 1978. Também esteve à disposição da Casa Civil do Governo Estadual e mais tarde do Escritório de Representação do Rio Grande do Sul em Brasília, para onde seu marido foi como deputado federal e senador. Arabela Chiarelli ainda exerceu função de confiança na assessoria da Presidência da República até 15 de março de 1987, sem perder seus ganhos e vantagens na Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, mudando apenas o recebimento de seu salário para a 5ª Delegacia de Educação, em Pelotas.

Em maio de 1988, no governo Pedro Simon (PMDB), a efetividade funcional da professora foi cancelada, mas em agosto recebeu os atrasados e ainda um terço de férias. Em junho do ano passado, recebeu as diferenças salariais referentes a maio de 1989, recebendo pela Diretoria de Recursos Humanos, em Porto Alegre. Arabela Chiarelli trabalha em Brasília, no Programa de Assistência à Mulher, da Unesco.

Outro exemplo é o da professora Lenilda Austrelino Silva que consegue trabalhar em regime de dedicação exclusiva, portanto, em tempo integral, em dois lugares ao mesmo tempo: na Escola Técnica Federal de Alagoas (matrícula 40.106-4) e na Universidade Federal de Alagoas. Lenilda Austrelino é irmã de Ledja Austrelino Silva, Secretária Nacional de Educação Básica do MEC, muito ligada ao secretário executivo da Secretaria Geral do MEC, José Luitgard Moura de Figueiredo.

Ao lado do empreguismo, há também exemplos de uso político das verbas - até mesmo para reforma e construção de novas unidades escolares. O exemplo mais recente foi o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, que previa a construção de 200 escolas em todo o país. O programa, anunciado às vésperas da eleição de 86, torrou Cr\$ 5 bilhões e hoje está praticamente abandonado: das 200 escolas previstas, apenas 10 foram concluídas. Duas dessas escolas acabadas, na Bahia, estão abandonadas: o governo não contratou professores.